

2

Paisagens sociais do oitocentos

Ao primeiro capítulo de *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre confere o seguinte título: “O sentido em que se modificou a paisagem social do Brasil patriarcal durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX”.

Um geógrafo, quando analisa a paisagem, considera seus “estratos”. Parte da paisagem natural (aquela que não sofreu qualquer tipo de intervenção humana), investiga e analisa a paisagem cultural (aquela que foi alterada pelo homem, por um povo, por uma comunidade), e estuda, enfim, a paisagem urbana (que passou por uma modificação bastante expressiva e apresenta diversos estratos sobrepostos ao longo do tempo, com as construções mais recentes dispostas ao lado de construções mais antigas, com o asfalto sobre ruas de paralelepípedos

que a princípio eram de terra). Como método de análise, considera os componentes naturais e os componentes construídos (edificações, ruas, praças, jardins) separadamente, embora tenha consciência de que aparecem integrados na paisagem. Do ponto de vista geográfico, toda paisagem, indistintamente, está em contínuo processo de transformação.

Para o arquiteto, a paisagem resulta da sociedade e dos fatores fisiográficos e bióticos do lugar (clima, solo, tipo de vegetação, hidrografia, relevo, fauna e flora). E ainda que entenda a paisagem como sendo mais do que tudo aquilo que se observa estando-se em determinado ponto da esfera terrestre, do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, não existe paisagem sem o homem, sem o observador, estabelecendo-se desse modo uma relação entre a paisagem e as imagens, as lembranças, a memória do lugar.

Qual seria, então, o sentido da expressão empregada pelo sociólogo: “paisagem social”? Em determinados parágrafos do texto, Gilberto Freyre trabalha com figuras de linguagem nas quais representantes de camadas da sociedade são apresentados como elementos da paisagem:

“(...) Política contrária aos excessos de turbulência individual e de predomínio de família: às autonomias baseadas, às vezes, em verdadeiros fanatismos em torno de senhores velhos. Contrária, por conseguinte, aos interesses mais caros das oligarquias agrárias que formavam ainda as grandes montanhas da nossa paisagem social, ao iniciar-se o reinado de certo modo antipatriarcal de Pedro II.”¹⁵⁸

O sociólogo é capaz de visualizar a paisagem social do Brasil do século XIX. Mas a paisagem social para Freyre é mais do que a paisagem observada, formada por vários e distintos estratos sociais (o fazendeiro-aristocrata, o burguês, o escravo),

158 FREYRE, *Op. cit.*, p. 193-4.

por várias e distintas figuras humanas (o homem, a mulher, o menino, a negra, o negro, a índia, o índio, o caboclo, o pardo, o mulato). Trata-se de uma paisagem analisada em um período histórico (relacionada, portanto, aos acontecimentos da época), em determinado contexto social (patriarcal e escravocrata) e em determinado espaço social (não subdividido segundo regiões geográficas). Uma paisagem que passava por intenso processo de transformação em virtude da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, do advento da imprensa nacional, dos folhetins, do teatro, da difusão das músicas e costumes europeus, da luta pela abolição, dos conflitos entre nacionais e estrangeiros.

A paisagem retratada por Freyre é a paisagem do patriarcado rural em declínio, endividado, roubando ou fazendo roubar escravos das cidades para trabalhar em suas fazendas, perdendo o domínio sobre seus filhos, sobre as mulheres, sobre os escravos, e perdendo o poder para homens mais jovens.

Os filhos dos grandes fazendeiros que outrora nutriam extremo respeito pelos mais velhos e tinham medo ou temor a seus pais, segundo o sociólogo, pelas formas de opressão, repressão e domínio que estes exerciam sobre eles, passaram a ser encaminhados com maior frequência aos internatos e colégios de padres, onde sofreram outras formas de repressão, mas das mãos de representantes do clero, tornando-se muitas vezes insubmissos às ordens paternas.

A mulher, que nos tempos coloniais, sequer aparecia durante o jantar quando havia um visitante na casa-grande de engenho, vivendo reclusa e oculta aos olhos de estranhos e estrangeiros, nos sobrados urbanos do século XIX observou a rua da varanda, leu romances que incitaram a sua imaginação, foi ao teatro, a bailes de máscaras, fugiu com namorados e amantes, indignando pais e maridos – no século XIX tornaram-se comuns os raptos de namoradas para casamentos não consentidos pelos pais ou pela figura paterna, tornaram-se comuns também os estabelecimentos onde essas filhas ou esposas ficaram reclusas

quando descobertas e capturadas, predominando a autoridade masculina sobre a mulher.

Os escravos ou conquistavam sua liberdade – individualmente ou com ajuda mútua – ou fugiam para os mucambos, para os quilombos, para as cidades. Escravos estes que muitas vezes eram vendidos ou alugados em anúncios de jornal (moleques, homens fortes, raparigas, mulheres prendadas, doceiras, quituteiras) da mesma forma que as casas térreas e os sobrados, os móveis e as carruagens, tendo de submeter-se – homens, mulheres e crianças – aos desejos de seus senhores.

E o poder, anteriormente outorgado aos mais velhos, a partir de D. Pedro II, principalmente, passou a ser concedido aos mais jovens – bacharéis com vasto conhecimento dos livros, e pouca experiência de vida, pouca experiência prática para lidar com situações diversas e adversas, que assumiram o governo de províncias, bispados e cargos importantes no espaço urbano, passando a dar ordens aos antigos senhores de engenho. Era o declínio do patriarcado rural e a ascensão do burguês, do bacharel, do profissional liberal.

Gilberto Freyre atrela ainda as mudanças da paisagem social à passagem da casa-grande (rural) ao sobrado (urbano):

*“Quando a paisagem social começou a se alterar entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criado, as moças namorando das janelas para a rua, as aldeias de mucambos, os ‘quadros’, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles, (...) aquela acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distâncias sociais, começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa pequena. (...) Maiores antagonismos entre dominadores e dominados.”*¹⁵⁹

159 FREYRE, *Op. cit.*, p. 31.

“Quando a paisagem social começou a se alterar entre nós”, as casas grandes rurais foram “urbanizadas” em sobrados (houve uma passagem do campo para a cidade); a arquitetura de feição tradicional deu lugar à arquitetura de características europeias (houve uma mudança de valores, atribuindo-se importância a tudo que era europeu, não apenas na arquitetura, como no vestuário, na mobília, nos objetos, nos alimentos, nas flores do jardim, e desprezando-se o que era nativo, aclimatado, aculturado, tradicional ou o que recebera outras influências – orientais, africanas, mouriscas); as senzalas diminuíram de tamanho, porque nas cidades os escravos desempenhavam funções relacionadas aos serviços de casa, de comércio ou de escritório, não sendo necessários em grande número, como nas fazendas (mais uma vez a oposição “campo x cidade”, interferindo, inclusive no partido arquitetônico – se nas fazendas havia senzalas como forma de abrigo aos trabalhadores compulsórios, nas cidades os escravos habitavam o térreo dos sobrados); a mulher passou a ter um contato maior com a rua, por meio das janelas e varandas dos sobrados e, conseqüentemente, um contato maior, mesmo que apenas visual, com pessoas fora de seu convívio familiar; surgiram nas proximidades das áreas urbanizadas ou em seu interior, as aldeias de mucambos, os “quadros” e cortiços para dar abrigo aos escravos fugidos ou libertos, destituídos de trabalho remunerado – construções que por vezes apareceram ao lado dos sobrados, mas as distâncias sociais impediram que se comunicassem (o cortiço com o sobrado, o negro com o branco, o pobre com o rico); surgiram outras formas de subordinação e aumentaram os antagonismos sociais entre dominadores e dominados.

A paisagem social do século XIX foi uma paisagem marcada pela passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e por um movimento denominado “abolicionismo”:

“Em 1850, queria-se suprimir a escravidão, acabando com o tráfico; em 1871, libertando desde o berço, mas de fato depois dos vinte e um anos de idade, os filhos de escrava ainda por nascer. Hoje quer-se suprimi-la

*emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro. É este último movimento que se chama abolicionismo, e só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua própria liberdade.*¹⁶⁰

A paisagem social que se transformava era histórica, urbana, rural; compunha-se não apenas de camadas sociais, mas também de seus costumes, de suas tradições (e contradições), de sua cultura (nos dois sentidos: de modo de vida e de produção artística, acadêmica ou literária) e da maneira como se adaptavam, interferiam e interagiam com o meio. Era uma paisagem rica de fatos, acontecimentos, de pessoas, de camadas sociais, de mudanças (de interesses, de formas de morar, de formas de domínio e de subordinação) transcorridas em um espaço social comum igualmente rico e abrangente.

Enquanto a sociedade brasileira dos três primeiros séculos de colonização correspondeu a uma sociedade em processo de formação – por meio da mistura de raças ou da miscigenação do índio com o branco, do negro com o branco, do índio com o negro –, a sociedade brasileira do século XIX, já formada, constituiu uma sociedade em transformação, em boa parte sob influência europeia.

Em apenas um século essa sociedade deixou de ser escravocrata e colonial (ainda que muitas das características sociais do período anterior tenham permanecido arraigadas aos modos e costumes do brasileiro por um longo tempo); passou de uma sociedade pouco afeita à leitura para uma sociedade na qual se valorizava a leitura de textos em inglês e em francês; deixou de ser uma sociedade em que a arte era vista como atividade pouco valorizada por seu vínculo com o trabalho manual para ser uma sociedade que valorizava a pintura e a escultura como manifestações do espírito; passou de uma sociedade em que a mulher permanecia enclausurada em sua residência para uma

160 NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 2. (Primeira edição: 1883).

sociedade em que a mulher podia percorrer as ruas da cidade (desde que devidamente acompanhada); deixou de ser uma sociedade com um número restrito de médicos, advogados e professores para se tornar uma sociedade com um número significativo de bacharéis e profissionais liberais (ainda que estrangeiros). Da escravidão à imigração e ao trabalho livre, do tradicionalismo à re-europeização, do artífice ao artista, da reclusão à sociabilidade, da carência de profissionais liberais e bacharéis à sua consagração na urbe. Mudava a sociedade, alterava-se a paisagem – ou melhor dizendo as paisagens: a paisagem social, a paisagem física, a paisagem política, a paisagem econômica, a paisagem intelectual, podendo-se acrescentar a esses termos empregados por Gilberto Freyre a paisagem urbana.

Em *Ordem e progresso*, outra obra de Gilberto Freyre que aborda o século XIX – neste caso as últimas décadas do oitocentos – o sociólogo não menciona o termo “paisagem social” e já não descreve as camadas da sociedade como componentes dessa paisagem, mas trata das questões sociais que surgiram com a abolição da escravidão, com a chegada dos imigrantes e com o processo de industrialização do país. Questões estas negligenciadas pelos instauradores da República e por aqueles que ocuparam altos postos nesse novo sistema de governo.

Concretizada a abolição, o governo não se preocupou com a massa de ex-escravos que partiu da área rural para a área urbana, ou com a necessidade de instrução e de novas possibilidades de vida e de trabalho para aqueles que haviam garantido a produtividade agrícola até fins do Segundo Reinado; não se preocupou também com o proletariado emergente, estabelecendo regras que limitassem a ação do patronato (acostumado ainda ao sistema de trabalho compulsório) e protegessem o operariado contra os abusos de autoridade. Em vez disso, o novo governo se limitou a garantir e incentivar a imigração necessária à produção do café.

Se no início do século XIX era o açúcar a base da economia, os senhores de engenho os componentes da aristocracia

rural, os escravos a mão-de-obra fundamental à produção agrícola, e o nordeste uma das regiões mais ricas do país; em fins do oitocentos constatou-se o início do auge do café, com os fazendeiros enriquecidos substituindo os senhores de engenho na aristocracia rural, os imigrantes substituindo os escravos como mão-de-obra essencial, e a região sudeste se transformando em uma das áreas de maior importância econômica para o país. Houve, desse modo, uma substancial mudança da paisagem social brasileira nas últimas décadas do século XIX, à qual corresponderam modificações na paisagem rural, na paisagem urbana, nos modos e costumes da sociedade, na arquitetura e, mais especificamente, na casa brasileira.

As últimas décadas do século XIX foram a época da difusão do chalé – habitado pela burguesia; do palacete – moradia dos ricos fazendeiros e industriais; e do cortiço – habitação dos imigrantes operários. A paisagem social dos senhores de engenho e dos escravos transformou-se na paisagem social dos fazendeiros de café, dos ricos industriais e do proletariado ou trabalhador imigrante – em sua maior parte, europeu. À margem dessa paisagem, foram mantidos muitos dos ex-escravos – sem instrução suficiente para competir com os imigrantes europeus e sem a intenção muitas vezes de se submeterem a novos “senhores” ainda que na condição de trabalhadores livres.

Na República da retórica de Rui Barbosa, do positivismo de Augusto Comte, da diplomacia eugênica do Barão do Rio Branco, da política de valorização do produto nacional, da industrialização quase sempre superficial, de montagem, com a importação de máquinas e de componentes dos produtos finais não raro feitos com matéria-prima brasileira exportada para a Europa, não havia lugar para o negro, para o ex-escravo, nem proteção, por meio de leis, aos novos trabalhadores; não havia uma preocupação com a questão humana e a formação dos trabalhadores que desse suporte às novas tecnologias – importadas – do processo de industrialização. À paisagem social da República corresponderam outras questões sociais.